



## Interpeleção Escrita

De acordo com as informações divulgadas em finais de 2017 sobre o Planeamento de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau, em 2011, a Central de Incineração de Macau tratou 329 mil toneladas e, em 2016, passou a tratar 504 mil toneladas de resíduos sólidos, o que significa que, diariamente, a média *per capita* de resíduos sólidos produzidos na cidade passou de 1,63 kg para 2,11 kg e, de entre este número, 40 por cento dos resíduos são alimentares. Podemos constatar que o trabalho a desenvolver para o tratamento deste tipo de resíduos não pode esperar.

No entanto, o Governo da RAEM parece não ter forças para tratar este problema, pois a política adoptada apenas continua na fase de sensibilização e educação. A Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) lançou, em meados de Junho do corrente ano, o “Plano piloto de recolha de resíduos alimentares”, recolhendo este tipo de resíduos dos estabelecimentos de restauração de pequena e média dimensão, mas, na altura do lançamento, apenas 23 a 24 estabelecimentos de comidas participaram neste programa, sendo isto insignificante. Mais, os resíduos recolhidos são tratados de forma uniformizada por máquinas para o efeito, e o produto transformado serve apenas para a arborização e o enriquecimento do solo das zonas verdes da cidade, no entanto, o produto produzido é limitado e ainda existem muitos resíduos alimentares por recolher. Assim, o plano da Administração quer para



os trabalhos para a construção de uma central de tratamento de resíduos alimentares quer para os trabalhos de escolha de um novo local para os aterros dos resíduos de materiais da construção civil continuam muito devagar, pois ainda não há uma calendarização, por isso não sabemos quando é que vai estar concluído.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O “Plano piloto de recolha de resíduos alimentares” já se encontra implementado há vários meses. Quais são os resultados? Que medidas irão ser implementadas para reforçar a participação neste programa? Vão ser criados incentivos pecuniários ou um sistema de acumulação de pontos, com vista a incentivar a participação dos estabelecimentos de comidas?
2. Com vista a ampliar o âmbito de recolha e o volume dos resíduos alimentares, a DSPA tem planos para criar o “Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Equipamentos de Tratamento de Resíduos Alimentares”, apoiando os estabelecimentos na instalação de máquinas para o tratamento deste tipo de resíduos no local, tendo a DSPA divulgado o referido plano de apoio às escolas, associações e ao sector da restauração. Quando é que a Administração vai implementar este plano? Qual o grau de aceitabilidade dos destinatários?



3. Em Março do corrente ano, a Administração pediu uma planta de condições urbanísticas ao serviço competente para efeitos de construção de uma central de incineração de resíduos alimentares<sup>1</sup>. Até Junho do corrente ano, a Administração afirmou que estava à espera da emissão dessa mesma planta<sup>2</sup>. Qual o ponto de situação actual? Após a construção desta central de incineração de resíduos alimentares, qual o volume dos resíduos alimentares que poderá ser tratado? Vão também alargar o âmbito de recolha deste tipo de resíduos às grandes zonas residenciais e aos novos edifícios que irão ser construídos, nomeadamente, criando um centro de recolha nesses locais, com vista a diminuir o volume de resíduos a serem tratados?

O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,

**Ho Ion Sang**

8 de Novembro de 2018

---

<sup>1</sup> 24 de Março de 2018, Diário de Macau –  
[http://www.macodaily.com/html/2018-03/24/content\\_1253264.htm](http://www.macodaily.com/html/2018-03/24/content_1253264.htm)

<sup>2</sup> 23 de Junho de 2018, Diário de Macau –  
[http://www.macodaily.com/html/2018-06/23/content\\_1275124.htm](http://www.macodaily.com/html/2018-06/23/content_1275124.htm)